



CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO PE Nº 90084/2025

A **BARZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 38.652.979/00001-55, vem respeitosamente, apresentar suas **CONTRARRAZÕES À RECURSO** interposto pela empresa **ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA**, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

PRELIMINAR: O VETO AO FORMALISMO EXCESSIVO E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA NLLC

As alegações da Recorrente **ORBENK ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA**, não passam de um conjunto de vícios formais e irrelevantes, cuja única finalidade é ferir a competitividade do certame e eliminar a proposta mais vantajosa para a Administração. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) é categórica ao exigir que o Agente de Contratação interprete o Edital sob o prisma da **Razoabilidade** e da **Proporcionalidade**.

O Art. 12 da NLLC estabelece que o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a qualificação ou a proposta **não importará o afastamento do licitante**. Mais do que uma faculdade, o saneamento é um **Poder-Dever** da Administração Pública:

Lei nº 14.133/2021, Art. 64, § 1º (Dever de Saneamento): *"Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação."*

A jurisprudência do TCU endossa esse mandamento, coibindo práticas que prejudiquem a finalidade do procedimento licitatório:

Acórdão TCU nº 1.204/2024 – Plenário: *"É irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração."*

DA TEMPESTIVIDADE DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida **BARZ SOLUCOES INTELIGENTES LTDA**, apresenta as presentes Contrarrazões em estrito cumprimento ao prazo estabelecido no Art. 165, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), aplicável aos processos licitatórios.

Conforme o dispositivo legal supracitado, após a interposição do Recurso Administrativo pela licitante **ORBENK**, os demais licitantes são notificados para, querendo, apresentar Contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis.

Considerando-se a data de intimação para apresentação, e não havendo suspensão do prazo, as presentes Contrarrazões são protocoladas de forma tempestiva, cumprindo-se o rito recursal e garantindo-se o pleno exercício do **Contraditório** e da **Ampla Defesa**, conforme o Art. 5º, LV, da



Constituição Federal.

Requer, portanto, o seu conhecimento e imediato processamento para que, ao final, seja proferida a decisão que nega provimento ao Recurso da Recorrente.

DA VALIDAÇÃO TÉCNICA E RECORRÊNCIA DA MÁ-FÉ RECURSAL DA RECORRENTE

Inicialmente, é imperioso **enaltecer a competência** da Pregoeira e da Equipe de Apoio, que, ao analisarem detidamente a documentação da Recorrida **BARZ SOLUCOES INTELIGENTES LTDA.**, agiram em **estrita conformidade com a Lei e com os Princípios** que regem o procedimento licitatório. A decisão de habilitação e classificação foi técnica e precisa, atendendo plenamente à Lei nº 14.133/2021 e às exigências editalícias.

A presente peça recursal da ORBENK, por sua vez, não passa de uma **reiteração de acusações infundadas**, já verificadas em outros certames. É um fato notório no mercado de licitações que a Recorrente emprega o recurso administrativo de forma protelatória e meramente formalista, buscando, por meio de **falácias jurídicas**, afastar a proposta mais vantajosa e, conseqüentemente, **atrasar o andamento do certame** e onerar o Erário.

A Administração Pública, não pode ser refém dessa estratégia de má-fé. A atuação anterior da ORBENK em outros Pregões, sempre pautada em um **formalismo exacerbado** contra propostas válidas, deve servir de alerta para rechaçar este recurso e confirmar a decisão técnica já proferida.

I. DO MÉRITO – HABILITAÇÃO (QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA)

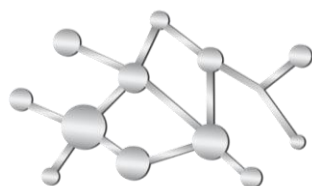
1. Da Certidão de Regularidade do FGTS Vencida (Irregularidade Fiscal Sanável e o Art. 64, II, NLLC)

A Recorrente ataca a validade da Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) apresentada. Contudo, trata-se de um vício que **não altera a substância da regularidade fiscal** da Recorrida. É fato que a empresa **Barz Soluções Inteligentes Ltda.** possui plena regularidade perante o FGTS, e a falha se resume ao lapso na juntada do documento mais recente no momento da convocação.

O dispositivo legal da NLLC (Art. 64, II) é expresso:

Lei nº 14.133/2021, Art. 64, II: A Administração tem o poder de realizar diligência para a “**atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas**”.

A inabilitação por tal motivo representaria uma medida desproporcional. A finalidade do edital não é testar a perfeição documental, mas a capacidade da empresa. Se a regularidade fiscal é comprovada por um documento atualizado, a Administração tem o dever de aceitá-lo, em homenagem ao princípio da **Busca da Verdade Material**.



BARZ
SOLUÇÕES INTELIGENTES



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 38.652.979/0001-55

Razão Social: BARZ SOLUCOES INTELIGENTES LTDA

Endereço: R MARECHAL FLORIANO 134 ANDAR 1 / PARQUE DOS EUCALIPT / GRAVATAI / RS / 94130-430

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/10/2025 a 13/11/2025

Certificação Número: 2025101503315644640864

Informação obtida em 28/10/2025 15:42:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

(Certificado de regularidade FGTS atualizado)

- **Embasamento Jurisprudencial (Superação do Vício Formal):**

Acórdão TCU nº 2.835/2016 – Plenário: “A comissão de licitação pode realizar a autenticação dos documentos apresentados por meio de cópia na própria sessão de entrega e abertura das propostas, em atenção aos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração...”

2. Da Regularidade do Balanço e Ausência de Documentos Auxiliares (DMPL, DFC e Declaração de Índices)

A Recorrente levanta a suposta falta da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da declaração de índices contábeis.

a) Da Substância Contábil sobre a Forma: A Recorrida apresentou o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados (DRE) e as notas explicativas (arquivos anexados), que são as peças contábeis centrais para comprovar o **atendimento a todos os índices** de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

A exigência de documentos acessórios (DMPL e DFC) deve ser mitigada, uma vez que a capacidade financeira da empresa pode ser plenamente aferida pelos demonstrativos essenciais. Forçar a inabilitação por ausência de anexos que não impactam a leitura dos índices é um apego irracional à formalidade.

b) Da Ausência da Declaração de Índices (Item 9.29 do TR): A falta da declaração do contador



atestando os índices é um erro sanável, sendo que na atual situação o mesmo se encontra dentro das documentações anexadas ao certame, facilmente acessível, dessa forma não entendo novamente qual a intenção da empresa Orbenk, eles claramente continuam atrasando o processo licitatório, não chegando em lugar algum com alegações infundadas. O Art. 64, § 1º, da NLLC permite o saneamento de erros que **não alterem a substância dos documentos**. O Balanço, em si, é o documento substancial; a declaração é um mero atestado que pode ser suprido pela diligência administrativa de cálculo dos índices ou pela simples solicitação do documento faltante.



DECLARAÇÃO DA ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA EMPRESA

Índices Mínimos Aceitáveis, serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula (para tanto, deverá ser considerado o balanço patrimonial do último exercício social):

$$\begin{aligned} \text{LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: } & \frac{2.685.161,45}{2.024.486,84} = \underline{1.32} \\ \text{LIQUIDEZ CORRENTE: } & \frac{3.229.488,89}{2.024.486,84} = \underline{1.59} \\ \text{LIQUIDEZ GERAL: } & \frac{4.149.052,45}{2.654.619,19} = \underline{1.56} \\ \text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } & \frac{2.654.619,19}{4.149.052,45} = \underline{0.64} \end{aligned}$$

Gravataí/RS, 20 de maio de 2025.

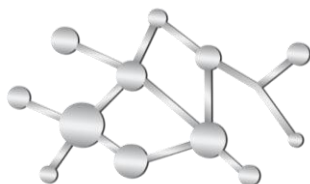
Documento assinado digitalmente
gov.br ROBSON GUSTAVO BARZ ANTUNES
Data: 20/05/2025 12:12:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do representante legal
ROBSON GUSTAVO BARZ ANTUNES
Socio Administrador

Documento assinado digitalmente
gov.br THIAGO RIBEIRO KNEVITZ
Data: 20/05/2025 10:36:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Contador da empresa
Thiago Ribeiro KnevitZ
CRC/RS 083347/O-5
CPF 81071752049

(Índices de liquidez, retirado dos documentos anexos)



BARZ
SOLUÇÕES INTELIGENTES

Empresa: **BARZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA**
C.N.P.J.: 30.652.979/0001-55
Período: 01/01/2024 - 31/12/2024

Página: 0695
Número Livro: 0004

NOTAS EXPLICATIVAS
31 DE DEZEMBRO DE 2024

1-Contexto operacional:

BARZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, é uma empresa com atuação na área de serviços, Rua Elvis Presley, nº 100, bairro Vera Cruz, Gravataí/RS, CEP 94090-050.

2-Apresentação Demonstrações Contábeis:

As demonstrações Contábeis são apresentadas em moeda corrente nacional (R\$) Real, da qual fazem parte do Conjunto das Demonstrações Contábeis:

Balanco Patrimonial;
Demonstração do Resultado do Exercício;
Demonstração do Fluxo de Caixa
Demonstração Lucro ou prejuízo acumulado;
Demonstração do Valor Adicionado
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Notas Explicativas.

3-Políticas Contábeis:

Reconhecimento da Receita: a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa. É reconhecida a partir da ocorrência efetiva da operação específica, ou seja, prestação de serviços.

4-Regime de Tributação:

A BARZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA é uma empresa tributada pelo LUCRO PRESUMIDO

5- ATIVO

DISPONIVEL:

Neste grupo encontram-se os valores disponíveis.
Em caixa, bancos e aplicações com Saldo em 31/12/2024= R\$ 2.685.161,45

CLIENTES:

Saldo a receber de clientes em 31/12/2024 = R\$ 359.755,36

OUTROS CREDITOS:

Neste grupo encontram-se os valores de tributos retidos na emissão da nota fiscal para posterior compensação com Saldo em 31/12/2024= R\$ 184.572,08

6- PASSIVO

OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS:

Neste grupo encontram-se os valores de tributos a pagar sobre o faturamento da empresa com Saldo em 31/12/2024= R\$ 1.415.514,95

OBRIGAÇÕES SOCIAIS:

Neste grupo encontram-se os valores de contribuições sociais a pagar sobre o a folha de pagamento da empresa com Saldo em 31/12/2024= R\$ 262.686,37

Gravataí, 31 de Dezembro de 2024

ALINE FREITAS CHUQUEL
Reg. no CRC - RS sob o No. 077916/O-6
CPF: 819.291.100-49

ROBSON GUSTAVO BARZ ANTUNES
CPF: 834.186.600-53

Sistema licenciado para ALINE FREITAS CHUQUEL CONDAT CONTABILIDADE

(Notas explicativas anexas ao Balanço)

• **Embasamento Jurisprudencial (Formalismo Excessivo na Documentação):**

Acórdão TCU nº 1.572/2021 – Plenário: O TCU orienta que o vício de forma no balanço que **não prejudica a análise de sua capacidade financeira** é passível de saneamento. A falha só seria insanável se os dados do Balanço comprovassem que a empresa **não atende** aos índices exigidos.

II. DO MÉRITO – PROPOSTA E PLANILHA DE CUSTOS (CLASSIFICAÇÃO)

As alegações da Recorrente sobre a planilha de custos são ataques à forma do detalhamento, e não à exequibilidade do preço global. Tais falhas não podem levar à desclassificação.

3. Erros de Preenchimento da Planilha de Custos e a Presunção de Exequibilidade

A Recorrente alega que a planilha da BARZ contém irregularidades relativas à CCT, percentuais da IN nº 05/2017 e a cotação de salários.

- **Defesa:** A NLLC protege a proposta de menor preço, exigindo que a Administração promova o contraditório e a ampla defesa antes de desclassificar por inexecuibilidade:

Lei nº 14.133/2021, Art. 59, § 2º: *"Os licitantes terão a oportunidade de sanear erros ou falhas na sua proposta que não alterem a substância desta, em conformidade com o disposto em regulamento..."*

A desclassificação por inexecuibilidade deve ser objetivamente demonstrada, e não presumida por falha formal no detalhamento da planilha. O Agente de Contratação tem o dever de diligenciar para permitir o ajuste ou a comprovação dos custos.

- **Embasamento Jurisprudencial (Saneamento de Planilhas – Súmula e Acórdão):**

TCU – Súmula nº 262: *"Em licitações para a contratação de serviços contínuos, a inexecuibilidade dos preços de serviços horários ou unitários previstos no orçamento-base da licitação não acarreta a desclassificação imediata da proposta, salvo se for comprovada a impossibilidade de a licitante obter lucro com a execução do contrato, ou se o preço global ofertado for insuficiente para cobrir os custos e encargos sociais e trabalhistas."*

Acórdão TCU nº 1.811/2014 – Plenário: *"O mero erro material ou omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor."*

- **Da Dupla Cotação de Salário (Cozinheira Líder):** A alegada "dupla cotação" para o cargo de Cozinheira Líder não existe; o que houve foi a **demonstração transparente do custo total** (Salário Base + Adicional de Insalubridade, conforme CCT). A tentativa da Recorrente de usar a transparência da BARZ como argumento para desclassificação é uma manobra de má-fé que deve ser prontamente rechaçada, se tal ação não for de má fé se trata de má interpretação de algo que é obvio, pois esta claramente descrito *"total de remuneração"*, valor esse que condiz perfeitamente com o valor apresentado em CCT, dessa forma, mais uma vez demonstrando tentativas infundadas de atrasar o certame e ferir a isonomia do processo, de forma sucessiva, em um trabalho amador e sem embasamento técnico e teórico

Mão-de-obra vinculada à execução contratual		
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	COZINHEIRA
2	Classificação brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 2.217,46
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Asseio e Conservação
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário Base	R\$ 1.847,88
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00
C	Adicional de Insalubridade	R\$ 369,58
D	Adicional Noturno + Prorrogação da Jornada Noturna	R\$ 0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	R\$ 0,00
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado	R\$ 0,00
G	Gratificação por acumulo de função	R\$ 0,00
H	Adicional de Hora Extra para Intervalo Intrajornada	R\$ 0,00
I	Reflexo dos Adicionais Sobre o D.S.R.	R\$ 0,00
J	Outros (Especificar)	R\$ 0,00
Total de Remuneração		R\$ 2.217,46



CONCLUSÃO E PEDIDO FINAL

A Recorrida **BARZ SOLUCOES INTELIGENTES LTDA.** comprovou o atendimento a todas as exigências substanciais de Habilitação e apresentou a Proposta de Preços mais vantajosa para a Administração.

Os argumentos da Recorrente (ORBENK) são excessivamente formalistas e contrariam a **Lei nº 14.133/2021** e a **jurisprudência consolidada do TCU**, cujo foco é a busca pela melhor contratação e o combate ao rigorismo indevido.

Pelo exposto, a Recorrida requer:

1. O **conhecimento** da contrarrazão da empresa Barz Solucoes Inteligentes LTDA;
2. No mérito, a **negação de provimento** integral ao recurso, mantendo a empresa BARZ SOLUCOES INTELIGENTES LTDA. habilitada e classificada como vencedora;
3. Alternativamente, caso o Agente de Contratação identifique qualquer falha formal, requer-se o exercício do **Poder-Dever de Diligência** (Art. 64, NLLC) para saneamento dos documentos e planilhas, sem alteração do preço global.

É a garantia do interesse público na seleção da proposta mais vantajosa que se espera.

Gravataí, 31 de outubro de 2025.

BARZ SOLUÇÕES INTELIGENTES
CNPJ 38.652.979/0001-55
Robson Gustavo Barz Antunes
Sócio Administrador
CPF 834.186.600-53 RG 3090931548